

# **UNIDADES PRISIONAIS EM DOIS TEMPOS: O IMPACTO SOCIAL DA POLÍTICA PENITENCIÁRIA NA CIDADE DE ITIRAPINA, SP (1978-1998).** Giane Silvestre, Luis Antônio Francisco de Souza. – Sociologia – Ciências Sôcias – Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Atualmente, São Paulo apresenta-se como o Estado que possui o maior número de unidades prisionais do país. Os dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado apontam para um total de 145 unidades subdividindo-se em 03 de segurança máxima, 74 penitenciárias, 32 centros de detenção provisória (CDP), 22 centros de ressocialização (CR), 07 centros de progressão penitenciária (CPP), 02 instituições agrícolas e, por fim, 05 hospitais. Todas estas unidades totalizam uma população carcerária que, no ano de 2006, atinge 127.358 pessoas, entre homens e mulheres.

Tais instituições estão divididas em 37 unidades na capital, região metropolitana de São Paulo e no litoral, e 107 unidades no interior do Estado. Estes dados apresentam a concretização de um programa de expansão penitenciária sem precedentes no país. Expansão ocorrida, sobretudo, no centro-oeste do Estado, na gestão de governo do PSDB, ao longo da década de 1990.

Essa expansão coincide com um período marcado pela transição do modelo estatal da política penitenciária, a passagem de um Estado preventivo para um Estado punitivo. Segundo Wacquant, por exemplo, a política do Estado–Penitência caracteriza-se por um conjunto de medidas que se tornaram conhecidas como “tolerância zero” ou “endurecimento penal”. Tal política pauta-se em ações como o aumento da repressão policial nas ruas, por penas mais severas para delinqüentes, diminuição da maioria penal, castigos exemplares para qualquer tipo de delito etc. Assim, tais medidas, ao mesmo tempo em que liquidam benefícios, subsídios e conquistas sociais, reforçam os aparelhos judicial, policial e penitenciário, a fim de manter o controle dos setores populares que vão ficando à margem do consumo e do sistema capitalista. Neste contexto, a prisão surge como um instrumento para, ao mesmo tempo e paradoxalmente, controlar, punir, gerir a miséria.

Segundo Garland, outra característica deste Estado punitivo é a estratégia de “responsabilização”. Segundo o autor, ao invés de se confiar nas ações de proteção e segurança policial que o Estado deveria oferecer, o indivíduo é incentivado a adotar medidas próprias de segurança. Ou seja, há uma transferência de responsabilidades da esfera estatal para a esfera grupal ou individual. Uma nova maneira de se governar o crime que, além de perpassar esta delegação de responsabilidades, traça uma indireta via de combate ao crime através da ação preventiva realizada por organismos e organizações não estatais, diminuindo assim, a participação direta dos organismos do Estado.

A expansão penitenciária, ocorrida na região oeste do Estado de São Paulo, apresenta-se como uma necessidade gerada pela nova configuração do Estado como um aparelho punitivo. Essa expansão fomenta uma polêmica extremamente atual, dentre inúmeras outras, acerca da construção e implantação de novas instituições penitenciárias, bem como levanta dúvidas sobre quais os critérios, as razões políticas e as estratégias institucionais adotadas para a implantação de novas unidades prisionais. Nas duas últimas décadas, foram recorrentes problemas como superlotação, rebeliões, uso de mão de obra carcerária, poder paralelo do crime, falta de segurança pública, ataques de facções criminosas dentro das penitenciárias, entre inúmeros outros problemas. Esses problemas tornaram-se temas constantes abordados em seminários, fóruns de discussão e projetos de políticas públicas.

Em decorrência disso, o presente projeto de pesquisa propõe-se a analisar especificamente a implantação de duas penitenciárias, em dois momentos históricos diferentes, na cidade de Itirapina, interior de São Paulo. Itirapina possui uma singularidade dentro do processo de políticas de implantação penitenciária, e também dentro do contexto sua crise. Tal particularidade se expressa no fato de que o município possui duas unidades prisionais implantadas em épocas bastante distintas, com isso têm-se, numa mesma cidade, exemplos distintos de duas políticas de implantação penitenciária.

Num primeiro momento, há um modelo inserido no contexto de um Estado ditatorial, que propunha uma “correção” dos presos, uma retirada da vida criminosa prezando à volta ao convívio social, através do que Bauman caracteriza como ética do trabalho. Havia um contexto, onde o trabalho massivo e constante era considerado uma regra básica da ordem social, e ao mesmo tempo em que

crescia a necessidade de uma mão de obra barata. Num segundo momento, há um modelo pertencente a um Estado punitivo, descrito acima, em que além da política punitiva há também uma espetacularização do crime. O aumento do número de penitenciárias serve, entre outros aspectos, como uma forma de mostrar “eficiência” no combate ao crime. Assim, encontramos uma oportunidade única de comparação entre as duas unidades na cidade referida.

Itirapina é uma cidade interiorana que se localiza a cerca de 220 km da Capital paulista. Foi fundada no século XIX, e permaneceu como distrito de Rio Claro até meados do século XX, tendo sua emancipação político-administrativa ocorrido no dia 25 de Março de 1975. A cidade também foi, em seu passado, um importante ponto na rota ferroviária paulista, durante o auge da ferrovia, sendo esta a principal fonte econômica da cidade à época. Contudo sua economia não era autônoma, mas sim muito dependente da cidade de Rio Claro, sendo esta, uma potencialidade da industrialização da época, devido a sua condição de pólo ferroviário paulista, que lhe proporcionava um desenvolvimento que não ficava restrito apenas aos trilhos da estação ferroviária.

Atualmente Itirapina possui aproximadamente 14.647 habitantes, segundo os dados apresentados pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), no ano de 2005. Uma cidade de pequeno porte e que sofreu visíveis conseqüências econômicas com a decadência da ferrovia paulista. Hoje a cidade não possui, nem de fato nem em potência, uma industrialização e sua economia encontra-se atrelada às duas penitenciárias presentes no município. O terceiro setor, sobretudo o comércio, representa a maior fonte de empregos na cidade.

A primeira penitenciária de Itirapina (P 1) foi inaugurada no dia 11 de outubro de 1978, ainda no período da ditadura militar. Ela pertencia a uma política de implementação penitenciária, diferente da que assistimos atualmente, na qual havia uma política de “correção” dos criminosos pautada numa ética do trabalho. Já a segunda penitenciária (P 2) foi inaugurada no município no dia 12 de dezembro de 1998 já dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira, que caminhou no sentido da expansão da política de implantação penitenciária ocorrida a partir da década de 1990, na região oeste do Estado de São Paulo.

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto social e econômico causado pelas penitenciárias no município, bem como analisar as conseqüências da presença das unidades na cidade, sobretudo na visão que os moradores e comerciantes locais têm da prisão, dos prisioneiros e da presença de seus familiares nos dias de visita. Uma vez que, o comércio é, em grande parte, favorecido pelos familiares dos presos que, aos finais de semana instalam-se na cidade, compram alimentos, fazem uso de transporte particular; enfim, impulsionam o comércio local.

Propõe-se a realizar uma reconstrução do contexto histórico da instalação de cada uma das penitenciárias, através de fontes orais e também jornalísticas da época. Com isso realizar uma análise dos respectivos critérios, razões políticas e institucionais de implementação das unidades no município, ressaltando mais uma vez, a particularidade que a cidade apresenta nas características da implantação penitenciária. Ademais, o projeto pretende analisar e compreender as justificativas para a localização e escolha dos modelos adotados. Para a realização da presente pesquisa, pretende-se fazer um amplo estudo e levantamento bibliográfico sobre o histórico das instituições prisionais e também sobre sua configuração atual, sobretudo pelo impacto e pelo caráter econômico dessas instituições dentro da nova configuração do Estado punitivo; pretende-se investigar, a partir da análise do orçamento municipal e dos dados disponíveis sobre a economia local, as conseqüências das unidades no município, sobretudo na perspectiva dos comerciantes.

Propõe-se também um estudo sobre processos de urbanização além da realização de pesquisa em fontes documentárias e jornalísticas locais, bem como realizar entrevistas com moradores e comerciantes da cidade que tenham contato com a realidade das prisões.

O estudo ressalta as tensões existentes entre o projeto de expansão dos presídios e uma mudança na relação dessas unidades com o contexto local de inserção. Assim, pergunta-se a respeito do significado da emergência de uma nova sociedade, pautada pelos interesses de ordem econômica antes mesmo dos antigos e utópicos valores da compreensão, da solidariedade e da preocupação com o outro.

A pesquisa preliminar mostra, segundo testemunhos de alguns moradores e da imprensa da época, que a implantação das unidades, em parte, está relacionada à compensação para o município em termos de criação de empregos e estímulos diretos e indiretos à economia municipal, incluindo o

desenvolvimento do terceiro setor na cidade, principalmente no que tange o desenvolvimento do comércio do município.

Essa pesquisa ajuda a perceber que o município de Itirapina exemplifica uma situação que é comum também em outras cidades interioranas, consideradas de pequeno porte: a inserção destes municípios no processo de modernização. Esses municípios estão adentrando o processo de modernização econômica, por um caminho que perpassa a expansão do complexo penitenciário, o aumento da informalidade, principalmente no comércio, além da precarização do espaço urbano. Esse parece ser um caminho sem os possíveis benefícios implícitos na modernidade.

### **Referências Bibliográficas**

- ADORNO**, Sérgio. “*Prisões, violência e direitos humanos no Brasil*” In: *Direitos Humanos no Século XXI*, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília. 1998
- \_\_\_\_\_. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 4 n°8
- BAUMAN**, Zigmunt. “*Lei Global e Ordem*” Local, in: Globalização: as consequências humanas. Marcurs Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CANO**, Wilson. “*Raízes da concentração industrial em São Paulo*”. São Paulo: DIFEL, 1977
- FOUCAULT**, Michel. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: Histórico da violência nas prisões*. São Paulo: Vozes, 2001.
- GARLAND**, David. “*As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico*”. In: Revista de sociologia e Política, Curitiba, n° 13, nov. 1999.
- OTAKE**, Maria Flora Gonçalves. “*O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois momentos, duas faces*”: Programa de Pós-Graduados em Ciência Sociais da PUC de São Paulo, São Paulo, 1982.
- SALLA**, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999
- WACQUANT**, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os condenados da cidade – estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.